



PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 3739, DE 18 DE MAIO DE 1983

Da nova redação ao § 1.º do artigo 4.º da Lei n.º 1.481, de 1.º de dezembro de 1977

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Néfi Tales, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º — O § 1.º do artigo 4.º da Lei n.º 1.481, de 1.º de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 4.º —

§ 1.º — A Assembléia Legislativa, mediante requerimento de qualquer deputado e deferimento do Presidente, poderá requisitar do Tribunal de Contas informações, documentos e cópias de relatórios de inspeções e auditorias e pareceres dos órgãos instrutivos e opinativos daquela Corte, relativos às entidades públicas da administração direta e indireta, sujeitas a seu julgamento, inclusive entidades com personalidade jurídica de direito privado, cujo capital pertença, exclusiva ou majoritariamente, ao Estado ou a qualquer de suas autarquias, bem como fundações constituídas ou mantidas pelo Estado".

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 18 de maio de 1983.

a) NÉFI TALES, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 18 de maio de 1983.

a) Januário Juliano Júnior, Diretor Geral

LEI N.º 3740, DE 18 DE MAIO DE 1983

Dispõe sobre o emprego de recursos estaduais na área de energia nuclear

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Néfi Tales, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º — O emprego de recursos estaduais, da administração direta e indireta, na área de energia nuclear, dependerá de prévia autorização legislativa.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 18 de maio de 1983.

a) NÉFI TALES, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 18 de maio de 1983.

a) Januário Juliano Júnior, Diretor Geral

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

29.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 10.ª LEGISLATURA, EM 26-4-83

PRESIDÊNCIA do Sr. Fernando Morais

SECRETÁRIOS: Srs. Vanderlei Macris e Antônio Rezk

OSR. PRESIDENTE (Fernando Morais — PMDB) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados Abrahim Dabus — Ademair de Barros — Aloysio Nunes Ferreira — Alvaro Fraga — Anizio Batista — Fernando Silveira — Luiz Furlan — Antônio Rezk — Rubens Lara — Antônio Scopel — Arthur Alves Pinto — Ary de Camargo Pedroso — Ary Kara — Augusto Toscano — Benedito Cintra — Carlos Alberto Apolinário — Crolinda Silveira Sampaio — Eduardo Bittencourt — Eduardo Jorge — Elias Salim Curiani — Emilio Justo — Evandro Mesquita — Expedito Soares — Fausto Rocha — Fauze Carlos — Fernando Morais — Fernando Mauro — Floriano Leandrini — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Geraldo Aickmin — Gilberto Delmont — Hatiro Shimomoto — Hélio Cesar Rosas — Hélio Furlan — Jacob Lopes — Jair Andreoni — Januário Mantelli Neto — Gilberto Port — Jorge Fernandes — José Cicote — Archimedes Lammoglia — José Gregori — José Storópoli — José Yunes — Koyu Iha — Laerte Pinto — Luiz Máximo — Luiz Carlos Santos — Sérgio Santos — Manoel Moreira — Marcelino Romano Machado — Marcos Aurélio Ribeiro — Ruth Escobar — Mauro Bragato — Maurício Najjar — Milton Baldochi — Nabi Chedid — Néfi Tales — Nelson Mancini Nicolau — Osório Silveira — Paulo Frateschi — Paulo Kobayashi — Paulo Sogayar — Paulo Diniz — Randal Juliano Garcia — Ricardo Izar — Roberto Purini — Sydney Palácios — Sylvio Martini — Vanderlei Macris — Dalila Pria — Vicente Botta — Wadih Helú — Wagner Rossi — Waldemar Chubaci — Waldyr Trigo — Walter Auada — Walter Lemes Soares — Walter Mendes — Walter Lazzarini — Tonico Ramos — Fernando Leça — e Edinho Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Morais — PMDB) — Convido o Sr. Deputado Antônio Rezk para, como 2.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Antônio Rezk — PMDB) — Proceder à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Morais — PMDB) — Convido o Sr. 1.º Secretário para proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Vanderlei Macris — PMDB) — Proceder à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

EMENTÁRIO DA 29.ª SESSÃO ORDINÁRIA

PEQUENO EXPEDIENTE

- 1 — Fernando Morais — Assume a Presidência e abre a sessão.
- 2 — Walter Mendes — Para reclamação, pede providência para a entrega de uniformes aos motoristas da Casa e para a colocação de mais caixas no bar que serve aos funcionários.
- 3 — Presidente Fernando Morais — Recebe a reclamação do Deputado Walter Mendes, lembrando que interpeleções relativas aos serviços da Secretaria e à situação do pessoal deverão ser encaminhadas à Presidência efetiva da Casa.
- 4 — Paulo Diniz — Lembra as promessas feitas pelo atual Governador do Estado de criar empregos e fazer consulta popular para a escolha do prefeito da Capital, e lê nota do PT a favor de eleições diretas.
- 5 — Archimedes Lammoglia — Protesta a paralisação das obras de variante ligando a SP-79 à Rodovia do Açúcar.
- 6 — Gilberto Delmont — Considera direito de todos os partidos fiscalizar o cumprimento de promessas eleitorais feitas pelo PMDB e mostra satisfação com o anúncio da chamada de concursados para a Secretaria da Fazenda.
- 7 — Maurício Najjar — Aplauda a nomeação de concursados para a Secretaria da Fazenda e discorda de decreto que sustou obras a serem iniciadas ou que não tivessem alcançado 20% de efetiva construção.
- 8 — Presidente Fernando Morais — Anuncia a presença e presta homenagem ao ex-Deputado Estadual Reginaldo Valadão.
- 9 — Januário Mantelli Neto — Congratula-se com o Bacharel Júlio Antônio Andreoni pela sua indicação para o cargo de assessor técnico legislativo, repudiando campanha que se move contra ele e apresentando certidões que atestam seus bons antecedentes.
- 10 — Waldyr Trigo — A propósito de matéria veiculada pela "Folha de São Paulo", sob o título "A Petrobrás e o Alcool", condena o aumento do preço do álcool carburante, pelo desestímulo que traz aos usuários.
- 11 — Wagner Rossi — Expõe idéias sobre as funções da escola pública no Estado, ressaltando a importância da Comissão de Educação como fórum de debates dos problemas ligados a sua área de atuação.
- 12 — Ary de Camargo Pedroso — Lamenta a demora do Governo do Estado em estudar a situação do funcionalismo público.
- 13 — Eduardo Jorge — Crítica o Governo do Estado por não manter a promessa de abrir vagas para absorver uma parcela de desempregados.
- 14 — Geraldo Menezes — Para reclamação, indaga à Presidência se é permitido aos Srs. Deputados assomar à tribuna sem gravata.

15 — Presidente Fernando Morais — Informa ao Deputado Geraldo Menezes que, embora não haja, no Regimento Interno, referência expressa à forma de trazer dos Srs. Deputados, a Presidência solicita o uso de gravata.

16 — Wagner Rossi — Requer a suspensão da sessão até as 16h e 29min.

17 — Presidente Fernando Morais — Acolhe o pedido e suspende a sessão até as 16h e 29min. Reabre a sessão às 16h e 29min. Convoca os Srs. Deputados para a segunda sessão ordinária de hoje, à hora regimental. Encerra a sessão.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. WALTER MENDES (PMDB — Para reclamação) — Sr. Presidente, tenho a apresentar duas reclamações. Os motoristas da Casa já tiraram medidas de seus uniformes há dois meses e ainda não os receberam. Então, há uma reclamação geral desses motoristas.

A segunda reclamação refere-se ao bar existente no fundo da Assembléia, que fornece a todos os funcionários com apenas um caixa; isso significa fila de cinquenta pessoas, mais ou menos, no caixa, o que dá prejuízo à Assembléia, inclusive ao caixa, pois para se comprar um maço de cigarros é preciso enfrentar a fila.

Pediria, pois, à Presidência que sugerisse ao bar que fossem colocados dois ou mais caixas, se for preciso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Morais — PMDB) — A Presidência recebe a reclamação de V. Exa., mas lembra que qualquer interpeleção, por parte dos Srs. Deputados, relativa aos serviços da Secretaria ou à situação do respectivo pessoal deverá ser dirigida e encaminhada diretamente à Mesa através do Presidente efetivo da Casa.

Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Jacob Lopes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Paulo Diniz.

O SR. PAULO DINIZ (PT) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e demais presentes neste plenário, mais uma vez estamos nesta tribuna para colocar um assunto que hoje está na ordem do dia e que tem deixado os paulistas apreensivos, bem como milhões de eleitores.

Passaram as eleições de 15 de novembro, e durante a campanha eleitoral ouvimos muitas promessas, entre elas a promessa de gerar 400 mil empregos feita pelo atual Governador do Estado.

Uma outra promessa do Governador do Estado era fazer uma consulta ao povo para mandar o nome do novo Prefeito à Assembléia. E os paulistas, em 15 de novembro, repudiando toda a lei de exceção que foi imposta pelo regime, votou maciçamente na oposição, colocando no Governo do Estado o Sr. André Franco Montoro. Sem que passasse muito tempo, percebemos algumas promessas indo por água abaixo, bastando lembrar os tais 400 mil empregos.

Hoje, através da "Folha de São Paulo", tivemos uma notícia que é de estranhar a qualquer pessoa, depois do quebra-quebra a que São Paulo assistiu, em que o Governo do Estado foi obrigado a se mobilizar, dizendo que ia gerar frentes de trabalho. A notícia salienta: "Em silêncio, aproveitando o desvio das atenções para os momentos finais da escolha do prefeito da Capital, o Governador Franco Montoro mandou para o arquivo a idéia de enfrentar a questão do desemprego na Grande São Paulo."

Isto realmente é de estranhar e me parece que os desempregados ficaram para trás. Ninguém mais está pensando no desemprego. Será que vamos ter outro quebra-quebra?

O que ouvimos hoje é uma outra promessa sendo quebrada no Estado de São Paulo. Nem bem a Emenda Mauro Beneditos foi votada, já está nesta Casa o nome de um prefeito biônico. Onde está a consulta popular que o Sr. Governador faria para mandar o nome do Prefeito? E olhem que não foi falta de idéia. Nós, do Partido dos Trabalhadores, mostramos claramente como deveria ser feita uma consulta popular. Mostramos concretamente como poderia ser utilizada a infraestrutura do Estado de São Paulo, que está nas mãos da oposição, para fazer uma consulta verdadeiramente popular. Percebemos que não havia nenhum interesse em fazer essa consulta popular. Havia, sim, o interesse em discutir o assunto na família governista, no meio de uma minoria, para que fosse mandado um nome que atendesse a uma minoria. E, se não bastasse isso, anteriormente também a promessa era de se ouvir as bases, a sociedade civil, para se colocar administradores regionais. Nada disso aconteceu, Srs. Deputados. Nas Regionais apareceram pessoas que não têm nada a ver com as regiões, sendo, assim, mandado para esta Casa novamente um biônico.

Gostáramos aqui de, passando a ler a seguinte nota, deixar bem clara a nossa posição:

O PT QUER ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS PARA PREFEITO DE SÃO PAULO

O Governador Franco Montoro afirmou durante a campanha eleitoral que, se não houvesse aprovação da emenda constitucional que restitui a autonomia política das Capitais, tornando obrigatória a eleição direta, faria uma consulta popular para escolha do Prefeito.

Agora o Governador indica o Deputado Mário Covas para ser aprovado como Prefeito pela Assembléia Legislativa. Não houve consulta popular. Não houve campanha.

Não houve apresentação de projetos alternativos sobre os principais problemas de habitação, de transportes, de saneamento básico, de educação, de saúde, de áreas de lazer, de poluição, de cultura, de melhoria da qualidade de vida. O povo está marginalizado. Não é convidado a debater, a conhecer melhor, a participar das decisões mais importantes para a sua vida.

A população esperava as mudanças prometidas. Novamente corre o risco de não votar para a escolha de seu Prefeito. A maioria dos deputados do PMDB votou contra os prefeitos biônicos Reynaldo de Barros e Antônio Salim Curiani, e defendeu — como todos os partidos — a eleição direta de Prefeito da Capital na campanha eleitoral. Agora o PMDB mudou e aceita o processo de nomeação.

O PT não mudou. Os seus deputados vão votar contra a indicação de qualquer nome que não surgir de um processo de escolha livre e direta. Por isso, a Mensagem do Governador indicando o nome de Mário Covas será combatida na Assembléia Legislativa pela Bancada do PT.

O Partido dos Trabalhadores conchama a população de São Paulo a se manifestar pelo direito de escolher o seu Prefeito.

Partido dos Trabalhadores

S.P., 26 de abril de 1983

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Morais — PMDB) — Tem a palavra o nobre Deputado Paulo Kobayashi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Archimedes Lammoglia.

O SR. ARCHIMEDES LAMMOGLIA (PDS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, na semana passada estivemos nesta tribuna para fazer um apelo ao Sr. Governador, depois de termos lido nos jornais que S. Exa. iria determinar a suspensão de obras importantes que já estavam programadas e dentro do plano. Divulgamos, também, notícias publicadas em jornal de nossa cidade, no dia 16 de abril, relativamente, à implantação do canteiro de obras, para que tivéssemos a variante ligando a SP-79 à Rodovia do Açúcar, para a qual se transferiria todo o trânsito pesado da Rua 9 de Julho, onde semanalmente acontecem desastres, principalmente afetando crianças.

Temos apelado aqui em nosso nome, há 20 anos, pela implantação dessa obra, que é o anseio de toda a população saltense e de todas as autoridades locais. Inclusive, aqui falamos da manifestação do ex-Prefeito, que, fingidamente, levou à Secretaria de Transportes um abaixo-assinado, com mais de 10 mil assinaturas, iniciado pelas autoridades da cidade, menos este Deputado, Juizes de Direito, Delegados de Polícia, Diretores de Escolas e todas as autoridades representativas dos governos municipal, estadual e federal. Dissemos que foi fingidamente porque, aceitando as ponderações de um Secretário de Estado, S. Exa., o então Prefeito, mudou os planos, interrompendo aquela obra muito mais importante para dar preferência à ligação da Rodovia do Açúcar à Rodovia da Convenção, que não tem interesse nenhum para a cidade de Salto e não alivia o trânsito pesado da cidade, mas sim beneficia o então Secretário de Estado, trazendo, naturalmente também talvez benefícios para o ex-Prefeito Municipal, pelos loteamentos. Falou em deixar 52 milhões de cruzeiros nos cofres municipais, pelo levantamento feito pelo seu sucessor, que também é do PMDB, verificou-se que a Prefeitura deve mais de 300 milhões de cruzeiros. Desta forma, a decepção foi total, em tudo, especialmente ao Governador dos 5 milhões de votos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, este Deputado, sendo natural da cidade, não teve um terço da votação, porque dois Deputados do PMDB, em nesta Casa, outro como suplente, tiveram (um 5 mil votos e outro mais de 6 mil votos) mais de 11 mil votos, e este Deputado, filho da cidade em que a maioria da população deve favores, não políticos, mas pessoais, teve apenas 2.800 votos.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos aqui solidarizar-nos com o atual Prefeito que, apesar de ser do PMDB, é amigo pessoal e que protestou, assim como nós protestamos aqui. Apelamos, em nome de todos os partidos, inclusive do PCB, se é que existe esse partido no Brasil, em nome daquela população que necessita da variante ligando a Rodovia SP-79 à Rodovia do Açúcar e exige sua construção. No entanto, S. Exa. não nos atendeu, não atendeu à população que lhe deu mais de 15 mil votos nessas eleições. S. Exa. retirou o plano e não existe mais nenhuma máquina funcionando para essa variante, que é importante, decisiva e necessária para evitar sacrifícios da própria população, saltense.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Morais — PMDB) — Tem a palavra o nobre Deputado Gilberto Delmont.

O SR. GILBERTO DELMONT (PDS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, após uma eleição há os que venceram e os que sabem acatar os resultados, apesar de ter perdido. Há os que votaram a favor e há os que votaram contra.

Na eleição de novembro passado, um partido foi o grande ganhador, porque obteve mais de cinco milhões de votos em nosso Estado.

Passada a euforia ou arrefecido o desencanto da eleição, na qual todos fizeram promessas, ganhadores e perdedores, é oportuno perguntar quem poderá cobrar as promessas e